

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its Administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



## SUBSCRIPTION RATES.— ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 séries)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —  
Acréscce o porte quando remetido pelo correio

# GOVERNMENT GAZETTE

## BOLETIM OFICIAL

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN  
AND DIU

General Administration Department

Collectorate of Goa

Order

LS/REV/398/69/936

Whereas the Government land known as «Rumode-Mola», situated at Rumodem of Sanguem Taluka, shown in the plan No. 8735, was assigned to Shri Dotu Pundolika Naik, under Title No. 367, dated 27-11-1929.

Whereas during the inspection of the said land it has been verified that the same is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 76 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Vaikuntha Dattu Naik, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

And whereas no reply to the show cause has been received from said Shri Naik.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9-6-1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24-11-1917.

D. N. Barua, Collector of Goa

Panaji, 19th February, 1970.

Order

LS/REV/439/69/937

Whereas the Government land known as «Cantessorvo — Plot no. 1», situated at Varconda of Pernem Taluka, shown in the plan no. 12966, was assigned to Shri Vassu Vitu Porobo Gauncar, under Alvara no. 866, dated 2nd November, 1939.

Whereas during the inspection to the said land it has been verified that the same is lying entirely waste in contravention to the provisions of Section 36 of Decree no. 3602, dated 24th November, 1917.

Whereas show cause notice was served on Shri Jayaram Vasu Parab, the present holder of the land, in accordance with para 2 of Section 307 of the above cited Decree.

(Tradução)  
GOVERNO DE GOA, DAMÃO  
E DIO

Departamento de Administração Geral

Repartição do Collector de Goa

Portaria

LS/REV/398/69/936

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Rumode-Mola» sito em Rumodem do concelho de Sanguem, indicado na planta n.º 8735, que havia sido concedido ao Sr. Dotu Pundolika Naik, por título n.º 367, de 27 de Novembro de 1929.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto, em infracção ao disposto no artigo 76.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Atendendo a que o Sr. Vaikuntha Dattu Naik, que se acha actualmente na posse do terreno foi avisado para apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º do citado decreto.

Tendo em consideração que não foi recebida nenhuma resposta do Sr. Naik, ao aviso acima referido.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado seja revertido ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panagi, 19 de Fevereiro de 1970.

Portaria

LS/REV/439/69/937

Atendendo a que o terreno do Estado denominado «Cantessorvo — lote n.º 1», sito em Varconda, do concelho de Pernem, indicado na planta n.º 12966, que havia sido concedido ao Sr. Vassu Vitu Porobo Gauncar, por Alvará n.º 866, de 2 de Novembro de 1939.

Tendo em consideração que durante a inspecção ao referido terreno, verificou-se que o mesmo se achava totalmente inculto, em infracção ao disposto no artigo 36.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

Atendendo a que o Sr. Jayaram Vasu Parab, que se acha actualmente na posse do terreno, foi avisado para apresentar razões justificativas, de acordo com o § 2.º do artigo 307.º, do citado decreto.

And whereas the reply of said Shri Parab to the show cause notice cannot be considered as valid.

Now, therefore, I, D. N. Barua, Collector of Goa, in exercise of the powers vested in me by virtue of the Government Notification No. DF-1161-AGR-65, dated 9th June, 1966, order that the entire land, as mentioned above, be reverted to the Government in accordance with Section 307 of Decree No. 3602, dated 24th November, 1917.

D. N. Barua, Collector of Goa.

Panaji, 19th February, 1970.

### Finance (Revenue) Department

#### Notification

Fin(Rev)/2-41/3/326/69

In exercise of the powers conferred by sub-section (3) of Section 5 of the Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964 Government is hereby pleased to exempt from the payment of entertainment tax the screening of the film «Beti Tumhare Jaisi» in the Union Territory of Goa, Daman and Diu subject to the following conditions:—

- 1) The rates of admission tickets shall be reduced to the extent of entertainment duty payable on each admission tickets;
- 2) The proprietor shall maintain separate accounts regarding the tickets issued and submit them to the Commissioner of Entertainment Tax, Panaji;
- 3) This order shall be exhibited in a prominent position at the public entrance to the place of entertainment at the time the public are admitted during the Entertainment.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

Puran Singh, Finance Secretary.

Panaji, 21st February, 1970.

### Finance (Control) Department

#### Order

Fin (Control)/19-3/69/Vol. II/449

The services of Shri V. G. Bhat, Accounts Officer, on deputation to this Administration and working in the office of Custodian of Evacuee Property, Panaji, are hereby replaced at the disposal of Account General Maharashtra, his parent office with effect from the 24th February, 1970 (A.N.).

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. G. Sathe, Under Secretary (Finance).

Panaji, 18th February, 1970.

### Office of the Chief Electoral Officer

#### Order

12-1-69/Elec.

The following Order No. GOA-LA/24/67(3), dated the 17th January, 1970 from the Election Commission of India is hereby republished for general information.

O. P. Garg, Law Secretary and Chief Electoral Officer.

Panaji, 17th February, 1970.

Tendo em consideração que a resposta do Sr. Parab, ao aviso acima referido não pode ser considerada como válida.

No uso das faculdades que me são conferidas pelo despacho n.º DF-1161-AGR-65, de 9 de Junho de 1966, eu, D. N. Barua, Collector de Goa, determino que todo o terreno acima mencionado seja revertido ao Estado, de acordo com o artigo 307.º do Decreto n.º 3602, de 24 de Novembro de 1917.

D. N. Barua, Collector de Goa.

Panaji, 19 de Fevereiro de 1970.

### Departamento das Finanças (Receita)

#### Despacho

Fin(Rev)/2-41/3/326/69

No uso das faculdades conferidas pela alínea (3) do artigo 5.º de «Goa, Daman and Diu Entertainment Tax Act, 1964», o Governo isenta do pagamento da taxa do imposto sobre diversões, a exibição do filme «Beti Tumhare Jaisi» no território da União de Goa, Damão e Diu, sujeito às seguintes condições:—

- 1) Os preços dos bilhetes de admissão deverão ser reduzidos ao montante do imposto sobre diversões pagável sobre cada bilhete;
- 2) O proprietário deverá manter contas separadas relativas aos bilhetes emitidos e submeter às mesmas ao Comissário do Imposto sobre diversões, em Panaji;
- 3) O presente despacho deverá ser exibido num lugar de destaque à entrada do recinto da exibição, na altura da admissão do público.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

Puran Singh, Secretário das Finanças.

Panaji, 21 de Fevereiro de 1970.

### Departamento das Finanças (Contrôle)

#### Portaria

Fin (Control)/19-3/69/Vol. II/449

Os serviços do Sr. V. G. Bhat «Accounts Officer» em deputação nesta Administração e trabalhando na Repartição do Gestor da Propriedade dos Evacuados, em Panaji, são repostos à disposição da Repartição da sua procedência, designadamente, do Contabilista-Geral de Maharashtra, a partir de 24 de Fevereiro de 1970 (após o meio-dia).

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. G. Sathe, Subsecretário (Finanças).

Panaji, 18 de Fevereiro de 1970.

### Repartição do Oficial Eleitoral-Chefe

#### Portaria

12-1-69/Elec.

Para conhecimento geral a seguir se torna a publicar a portaria n.º GOA-LA/24/67(3), de 17 de Janeiro de 1970, da Comissão Eleitoral da Índia.

O. P. Garg, Secretário de Justiça e Oficial Eleitoral-Chefe.

Panaji, 17 de Fevereiro de 1970.

## Election Commission of India

Talkatora Road,  
New Delhi-1

Dated the 17th January, 1970

Order

Goa-LA/24/67(3)

Whereas the Election Commission is satisfied that Shri Barreto Edward Lily, Navelim No Bairro, Davorlim, Salcete, (Goa), contesting candidate for election to the Goa, Daman and Diu Legislative Assembly from Navelim constituency, has failed to lodge an account of his election expenses as required by the Representation of the People Act, 1951, and the Rules made thereunder;

And whereas the said candidate, even after due notices, has not given any reason or explanation for the failure and the Election Commission is satisfied that he has no good reason or justification for the failure;

Now, therefore, in pursuance of section 10A of the said Act, the Election Commission hereby declares the said Shri Barreto Edward Lily to be disqualified for being chosen as, and for being, a member of either House of Parliament or of the Legislative Assembly or Legislative Council of a State for a period of three years from the date of this order.

By order,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretary to the Election Commission.

## Planning Department

Notification

5-2-69-PLG-I

In pursuance of the provisions of sub-section (1) of section 8 of the Census Act, 1948, (Act XXXVII of 1948), the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu hereby authorises all Census Officers in the Union Territory of Goa, Daman and Diu, to ask all persons within the limits of the local area for which they have been specifically appointed, the question necessary for collecting information in respect of enumeration operators of 1971 Census, as enumerated in the Schedule approved hereto.

By order and in the name of the Lieutenant Governor of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 7th February, 1970.

## SCHEDULE

1. Name
2. Relationship to the head of the household
3. Sex
4. Age
5. Marital Status
6. For currently married women only
  - a) Age at marriage
  - b) Any child born in the last one year
7. Birth Place
  - a) Place of birth
  - b) Rural/Urban
  - c) District
  - d) State/Country
8. Last Residence
  - a) Place of last residence
  - b) Rural/Urban
  - c) State/Country
  - d) District

## Comissão Eleitoral da Índia

Talkatora Road,  
Nova-Delhi-1

17 de Janeiro de 1970

Portaria

Goa-LA/24/67(3)

Atendendo a que a Comissão Eleitoral da Índia, acha que o Sr. Barreto Edward Lily, de Navelim no Bairro Davorlim, Salcete (Goa), candidato para a eleição à Assembleia Legislativa de Goa, Damão e Diu, pelo círculo eleitoral de Navelim, não apresentou a folha das suas despesas eleitorais conforme exigem o «Representation of the People Act, 1951» e as normas formuladas ao abrigo do mesmo;

Tendo em consideração que o mesmo candidato, mesmo após o aviso que lhe foi dado, não apresentou qualquer razão ou explicação por essa falta e a Comissão Eleitoral acha que o mesmo, não tem qualquer razão ou justificação que possa alegar;

De harmonia com o artigo 10 A do citado Act, a Comissão Eleitoral, declara que o Sr. Barreto Edward Lily, fica desclassificado para ser eleito ou ser membro de qualquer Câmara do Parlamento ou da Assembleia Legislativa ou do Conselho Legislativo de qualquer Estado, por período de três anos contado da data desta portaria.

Por ordem,

Por ordem,

K. S. RAJAGOPALAN

Secretário da Comissão Eleitoral

## Departamento de Planificação

Despacho

5-2-69-PLG-I

De harmonia com o disposto na alínea (1) do artigo 8.º do «Census Act, 1948 (Act XXXVII of 1948)», o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, autoriza todos os oficiais de recenseamento do território da União de Goa, Damão e Diu, para fazerem a todas as pessoas dentro dos limites locais da área, para os quais os mesmos foram nomeados, as perguntas necessárias para coligir informações, em relação ao recenseamento de 1971, a seguir indicadas no quadro aprovado.

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 7 de Fevereiro de 1970.

## QUADRO

1. Nome
2. Relação com o chefe da família
3. Sexo
4. Idade
5. Estado civil
6. Para senhoras casadas somente
  - a) Idade na altura do casamento
  - b) Se teve filhos no ano anterior
7. Naturalidade
  - a) Local de nascimento
  - b) Rural/Urbano
  - c) Distrito
  - d) Estado/País
8. Última residência
  - a) Localidade da última residência
  - b) Rural/Urbano
  - c) Estado/País
  - d) Distrito

9. Duration of residence at the village or town of Enumeration
10. Religion
11. Scheduled Caste or Scheduled Tribe
12. Literacy
13. Educational level
14. Mother Tongue
15. Other languages
16. Main Activity
  - a) Broad Category
    - i) Worker e.g. working as cultivator, agricultural labourer, working at household industry and other workers
    - ii) Non-worker
  - b) Place of work (Name of village/town)
  - c) Name of Establishment
  - d) Nature of Industry, Trade, Profession or Service
  - e) Description of work
  - f) Class of worker
17. Secondary work
  - a) Broad Category i.e. Working as Cultivator, working as Agricultural Labourer, working at Household industry and other workers.
  - b) Place of work (Name of village/town)
  - c) Name of Establishment
  - d) Nature of Industry, Trade, Profession or service
  - e) Description of work
  - f) Class of worker

9. Duração de residência na aldeia ou cidade de recenseamento
10. Religião
11. Se pertence a Tribo ou Casta Esquedulada
12. Se tem aptidão para letras
13. Habilitações literárias
14. Língua materna
15. Outras línguas
16. Actividade principal
  - a) Classificação geral
    - i) Operário — Se trabalha como cultivador, operário agrícola, numa indústria caseira ou como qualquer outro operário
    - ii) Não-operário
  - b) Localidade onde trabalha (Nome da aldeia/cidade)
  - c) Nome da empresa
  - d) Natureza da indústria, comércio, profissão ou serviço
  - e) Descrição do trabalho
  - f) Classe de operário
17. Ocupação secundária
  - a) Classificação geral, isto é, se trabalha como cultivador, operário agrícola, numa indústria caseira ou como qualquer outro operário
  - b) Localidade onde trabalha (Nome da aldeia/cidade)
  - c) Nome da empresa
  - d) Natureza da indústria, comércio, profissão ou serviço
  - e) Descrição do trabalho
  - f) Classe de operário

### Food and Civil Supplies Department

Order

FCS/EDN/473/70

The post of Assistant Director of Education in the Directorate of Education in the scale of Rs. 475-25-500-30-590-EB-30-830-35-900 is converted to the post of Assistant Director for Physical Education and Youth Services with effect from 1st February, 1970.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

T. Kipgen, Development Commissioner.

Panaji, 19th February, 1970.

Corrigendum

15-28-69-FCS (EDN)

In para 3 of the Notification of even number dated 14-1-1970 appointing Shri Ratnakar Marutirao Dhote as an Assistant Lecturer, in Botany in the Government Arts and Science College, Daman, words «purely» may be deleted.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 19th February, 1970.

### Development Department 'A'

Notification

CDB/Coop/1171/69

In exercise of the powers conferred by Section 31 of the Maharashtra Agricultural Produce Marketing (Regulation) Act, 1963 as extended to the Union Territory of Goa, Daman and Diu, and in supersession of the Government Notification

### Departamento de Alimentação e Abastecimento Civil

Portaria

FCS/EDN/473/70

O lugar de director assistente de Instrução da Direcção dos Serviços de Instrução, na escala de Rps. 475-25-500-30-590-EB-30-830-35-900, é convertido para o lugar de director assistente de educação física e serviços de juventude, com efeito a partir de 1 de Fevereiro de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

T. Kipgen, Comissário de Fomento.

Panaji, 19 de Fevereiro de 1970.

Corrigenda

15-28-69-FCS (EDN)

No § 3.º do despacho datado de 14 de Janeiro de 1970, em relação à nomeação do Sr. Ratnakar Marutirao Dhote, como leccionador assistente de botânica da Faculdade de Letras e Ciências, em Damão, a palavra «puramente» deve ser omitida.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 19 de Fevereiro de 1970.

### Departamento de Fomento 'A'

Despacho

CDB/Coop/1171/69

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 31.º do «Maharashtra Agricultural Produce Marketing (Regulation) Act, 1963», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, e em substituição do despacho n.º CDB/

No. CDB/Coop/1171/68-69 dated 6-9-1969, the Administrator of Goa, Daman and Diu hereby fixes Re. 0.20 as the minimum and Re. 0.50 as the maximum rates of market fees per Rs. 100/- worth of Agricultural Produce of 1) Coconuts 2) Betelnuts and 3) Cashewnuts purchased in the market area of the district of Goa.

S. N. Dhumak, Under Secretary (CD).

Panaji, 18th February, 1970.

### Office of the Registrar Cooperative Societies

#### Order

GEN-(b)-2/Goa/RMC/of 1970

Read: 1. This Office Order No. GEN-(b)-2/Goa/RMC/of 1969 dated 28th November, 1969 whereunder Shri M. S. Naik Gaonkar has been appointed as Administrator, North Goa Transport Cooperative Society Ltd., Mapusa in place of Shri Suryakant A. Naik, to manage its affairs under provisions of Section 78(1) (b) of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as made applicable to the Union Territory of Goa, Daman and Diu.

2. Letter dated 24th January, 1970 from Shri S. M. Naik Gaonkar, Administrator, North Goa Transport Co-operative Society Ltd., Mapusa.

Since Shri S. M. Naik Gaonkar, Administrator, North Goa Transport Cooperative Society Ltd., Mapusa has informed this Office that he is unable to discharge his duties as Administrator as he is proceeding to Daman and on the recommendation made by the Manager, Goa State Cooperative Bank Ltd., Panaji I, Shri P. G. Kurse, Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu, under provisions of Section 78(1)(b) of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to this Union Territory hereby appoint Shri S. M. P. Mhambrey as Administrator, North Goa Transport Cooperative Society Ltd., Mapusa vice Shri S. M. Naik Gaonkar.

P. G. Kurse, Registrar of Cooperative Societies Goa, Daman and Diu.

Panaji, 30th January, 1970.

#### Notification

PRD-(c)-78/Goa

In exercise of the powers vested in the Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu under Section 9 of the Maharashtra Co-operative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu Lok Seva Sahakari Dudh Vyvasaika Sanstha Ltd., Borim-Ponda is registered under code symbol No. PRD-(c)-78/Goa.

P. G. Kurse, Registrar of Co-operative Societies, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 21st January, 1970.

#### Order

ADM/ABN/R's/Nominee/70

Read:—This office order No. ADM/ABN/R's/Nominee/69 dated 14th February, 1969 appointing Shri A. B. Gadgil as Registrar's Nominee for the period ending 31-12-1969.

Whereas in virtue of the powers vested in him under Section 93(1) of the Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960 as applied to the Union Territory of Goa, Daman and Diu read with Rule 73 of the Cooperative Societies Rules 1962, the Registrar of Cooperative Societies, Goa, Daman and Diu, Panaji is pleased to appoint the following person to perform the duties of the Registrar's Nominee for deciding the dis-

/Coop/1171/68-69, de 6 Setembro de 1969, o Administrador de Goa, Damão e Diu fixa as quantias de Rp. 0.20 como mínima e Rps. 0.50 como máxima, as taxas do mercado, por cada Rps. 100/- de produtos agrícolas tais como 1) cocos 2) betel e 3) castanhas de caju, comprados na área comercial do distrito de Goa.

S. N. Dhumak, Subsecretário (CD).

Panaji, 18 de Fevereiro de 1970.

### Repartição do Registrador de Sociedades Cooperativas

#### Portaria

GEN-(b)-2/Goa/RMC/of 1970

Ref: 1. Portaria n.º GEN-(b)-2/Goa/RMC/of 1969, desta Repartição, de 28 de Novembro de 1969, nomeando o Sr. M. S. Naik Gaonkar, administrador da «North Goa Transport Cooperative Society Ltd.», de Mapuçá, em substituição do Sr. Suryakant A. Naik, para gerir os assuntos da mesma Sociedade, ao abrigo do artigo 78(1) (b) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu.

2. Nota de 24 de Janeiro de 1970 do Sr. S. M. Naik Gaonkar, administrador da «North Goa Transport Cooperative Society Ltd.», de Mapuçá.

Em virtude de o Sr. S. M. Naik Gaonkar, administrador da «North Goa Transport Cooperative Society Ltd.», Mapuçá, ter informado esta Repartição, de que não poderia desempenhar as funções de administrador, visto ter de seguir para Damão e, sob a recomendação do gerente da «Goa State Cooperative Bank Ltd.», de Panaji, eu, P. G. Kurse, Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, ao abrigo do artigo 78(1)(b) do «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União, nomeio o Sr. S. M. P. Mhambrey, como administrador da «North Goa Transport Cooperative Society Ltd.», Mapuçá, em substituição do Sr. S. M. Naik Gaonkar.

P. G. Kurse, Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 30 de Janeiro de 1970.

#### Despacho

PRD-(c)-78/Goa

No uso das faculdades conferidas ao Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, ao abrigo do artigo 9.º de «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960», conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, a «Lok Seva Sahakari Dudh Vyvasaika Sanstha Ltd.», de Borim, Ponda, é registada sob o n.º de ordem PRD-(c)-78/Goa.

P. G. Kurse, Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 21 de Janeiro de 1970.

#### Portaria

ADM/ABN/R's/Nominee/70

Ref:—Portaria n.º ADM/ABN/R's/Nominee/69, desta Repartição, de 14 de Fevereiro de 1969, nomeando o Sr. A. B. Gadgil, representante do Registrador para o período que termina em 31 de Dezembro de 1969.

No uso das faculdades que lhe são conferidas pelo artigo 93(1) de «Maharashtra Cooperative Societies Act, 1960» conforme foi tornado extensivo ao território da União de Goa, Damão e Diu, conjugado com a norma 73.ª dos «Cooperative Societies Rules, 1962», o Registrador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, nomeia o seguinte indivíduo para exercer as funções de representante do Registrador para decidir

putes arising in any of the Cooperative Societies in Goa for further period with retrospective effect from 1-1-1970 to 31-12-1970.

Sr. No.	Name of the person with qualification	Address
1.	Shri A. B. Gadgil, B.A. (Spt)L.L.B. Asst. Public prosecutor.	House No. 49 (Borker Building) Erasmo Carvalho street, near Tourist Hotel, Margao.

P. G. Kurse, Registrar of Co-operative Societies, Goa, Daman and Diu.

Panaji, 2nd February, 1970.

### Development Department 'B'

Order

HS-3-4/68

Read: Government Order No. HS-3-4/68, dated 1-3-68 and 24-4-69.

In exercise of the powers conferred on him under Diploma Legislative No. 1959, dated the 20th December, 1959 and for the implementation of the order, dated the 26th February, 1964, published in the Government Gazette, Series I, no. 9 (Supplement) dated 29th February, 1964, the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu is pleased to extend the term of the following persons to serve as the members of the Housing Board Committee, functioning in the Junta do Comercio Externo by six months i.e. from 1st January, 1970 to 30th June, 1970 or till the future of Junta is decided, whichever is earlier.

1. Shri Redualdo D'Costa — President.
2. Principal Engineer (PWD) — Member.
3. Collector of Goa — Member.
4. Revenue Secretary — Member.
5. Under Secretary (Finance) — Member.
6. Shri Subraya Kashinath Naik — Member.
7. Shri Yeshwantrao D. Chowgule — Member.
8. Shri M. S. Talaulikar — Member.
9. Shri Eufemiano C. Dias — Member.

The Housing Board Committee appointed in the Government Order, dated 26th February, 1964, under reference, is declared competent to advise on all matters pertaining to the Junta.

The official members shall be entitled to receive payment of Rs. 16-33 Ps. in addition to their pay in the Central scale of pay as required under section 40 of the Diploma Legislative, as sitting fee for each day. This payment is however subject to usual cut wherever necessary i.e. where the total fee for the year exceeds Rs. 400/-.

The non-official members will be entitled for attendance allowance of Rs. 15/- for each meeting.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. H. Sakhalakar, Under Secretary (Planning).

Panaji, 20th February, 1970.

### Industries and Power Department

Notification

2-41/69-70-IPD

Whereas it appears to the Appropriate Government (hereinafter referred to as the «Government») that the land specified in the schedule hereto (hereinafter referred to as the «said land») is likely to be needed for a public purpose viz. Electrical Sub-Station.

disputas em quaisquer das Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu, por um período adicional, com efeito retroactivo, desde 1 de Janeiro de 1970 até 31 de Dezembro de 1970.

N.º de série	Nome e habilitação	Endereço
1.	Sr. A. B. Gadgil, B.A. (Spt)L.L.B. Asst. Public Prosecutor.	Casa n.º 49 (Edifício Borker) Rua Erasmo Carvalho, próximo do Tourist Hotel, Margão.

P. G. Kurse, Registador de Sociedades Cooperativas de Goa, Damão e Diu.

Panaji, 2 de Fevereiro de 1970.

### Departamento de Fomento 'B'

Portaria

HS-3-4/68

Ref: Portaria n.º HS-3-4/68, de 1 de Março de 1968 e 24 de Abril de 1969.

No uso das faculdades conferidas pelo Diploma Legislativo n.º 1959, de 20 de Dezembro de 1959 e com o fim de dar cumprimento ao disposto na portaria de 26 de Fevereiro de 1964, publicada em suplemento ao *Boletim Oficial* n.º 9, 1.ª série, de 29 de Fevereiro de 1964, o Governador-tenente de Goa, Damão e Diu, prorroga o termo do exercício dos seguintes membros do «Housing Board Committee» funcionando na Junta do Comércio Externo, por mais seis meses, isto é desde 1 de Janeiro de 1970 até 30 de Junho de 1970 ou até que seja decidido o futuro da Junta, caso se verificar antes.

1. Sr. Redualdo da Costa — Presidente.
2. Engenheiro-Chefe (Obras Públicas) — Vogal.
3. Collector de Goa — Vogal.
4. Secretário de Rendimentos — Vogal.
5. Subsecretário (Finanças) — Vogal.
6. Sr. Subraya Kashinath Naik — Vogal.
7. Sr. Yeshwantrao D. Chowgule — Vogal.
8. Sr. M. S. Talaulikar — Vogal.
9. Sr. Eufemiano C. Dias — Vogal.

O «Housing Board Committee» nomeado por portaria de 26 de Fevereiro de 1964, em referência, é declarado como sendo competente para dar o seu parecer sobre todos os assuntos relativos à Junta.

Os membros oficiais terão direito para receberem a importância de Rps. 16-33 Ps., além do seu vencimento, na escala Central, conforme dispõe o artigo 40.º do citado diploma legislativo como sendo de presença, por cada sessão a que assistirem. O pagamento desta importância fica, porém, sujeito ao corte habitual quando for necessário, isto é, nos casos em que a mesma gratificação total ao ano exceder Rps. 400/-.

Os membros não-oficiais terão direito à senha de presença de Rps. 15/- por cada sessão a que assistirem.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. H. Sakhalakar, Subsecretário (Planificação).

Panaji, 20 de Fevereiro de 1970.

### Departamento de Indústrias e Energia

Despacho

2-41/69-70-IPD

Atendendo a que o Governo interessado (referido daqui em diante como «Governo») acha que o terreno descrito no quadro anexo (referido daqui em diante como «aludido terreno») é de utilidade pública para os fins da sub-estação eléctrica.

Therefore, the Government is pleased to notify under sub-section (1) of section 4 of the Land Acquisition Act, 1894 (hereinafter referred to as the «said Act») that the said land is likely to be needed for the purpose specified above.

2. All persons interested in the said land are hereby warned not to obstruct or interfere with any surveyors or other persons employed upon the said land for the purpose of the said acquisition. Any contracts for the disposal of the said land by sale, lease, mortgage, assignment, exchange or otherwise, or any outlay commenced or improvements made thereon without the sanction of the Collector, appointed in paragraph 4 below, after the date of the publication of this Notification, will under clause (seventh) of section 24 of the said Act, be disregarded by him while assessing compensation for such parts of the said land as may be finally acquired.

3. If the Government is satisfied that the said land is needed for the aforesaid purpose, a declaration to that effect under section 6 of the said Act will be published in the Government Gazette, in due course. If the acquisition is abandoned wholly or in part, the fact will be notified.

4. The Government is further pleased to appoint under clause (c) of section 3 of the said Act, the Land Acquisition Officer, Panaji to perform the functions of a Collector under the said Act, in respect of the said land.

5. The Government is also pleased to authorise under sub-section (2) of section 4 of the said Act, the following officers to do the acts, specified therein in respect of the said land.

1. The Collector of Goa, Panaji.
2. The Chief Electrical Engineer, Panaji.
3. The Land Acquisition Officer, Panaji.
4. The Director of Land Survey, Panaji.

6. A rough plan of the said land is available for inspection in the office of the Land Acquisition Officer at Panaji for a period of 30 days from the date of publication of this Notification in the Government Gazette.

Torna-se público ao abrigo do disposto na alínea (1) do artigo 4.º do «Land Acquisition Act, 1894» (referido daqui em diante como «citado Act») que o aludido terreno é necessário para os fins públicos acima referidos.

2. Os interessados no aludido terreno são por este avisados a não impedir ou interferir com os agrimensores e outro pessoal em serviço no aludido terreno para os fins da aquisição do mesmo. Quaisquer contratos para alienação do aludido terreno, por meio de venda, arrendamento, hipoteca, cedência, troca ou de qualquer outra forma, ou quaisquer projectos ou melhoramentos feitos no mesmo, sem a autorização do Collector nomeado no § 4.º a seguir, depois da data da publicação deste aviso, não serão tomados em consideração, ao abrigo do artigo 24.º (sétimo) do referido Act, pelos funcionários encarregados de atribuir compensação pelas partes do aludido terreno que venham a ser finalmente adquiridas.

3. Caso o Governo considere que o aludido terreno é necessário para os fins acima referidos, será publicado, oportunamente, no *Boletim Oficial*, um aviso final para esse efeito, ao abrigo do artigo 6.º do citado Act. Se a aquisição for abandonada, total ou parcialmente, o facto será notificado.

4. O Governo nomeia, ao abrigo da alínea (c) do artigo 3.º do citado Act, o «Land Acquisition Officer», Panaji, para exercer as funções de Collector, em todos os actos relacionados com o aludido terreno.

5. O Governo também autoriza, ao abrigo da alínea (2) do artigo 4.º do citado Act, as seguintes entidades oficiais para exercerem as funções especificadas na mesma lei, em relação ao aludido terreno.

1. O Collector de Goa, Panaji.
2. Engenheiro Eléctrico-Chefe, Panaji.
3. «Land Acquisition Officer», Panaji.
4. Director de Agrimensura, Panaji.

6. O plano do aludido terreno poderá ser consultado na Repartição do referido «Land Acquisition Officer», em Panaji, por período de 30 dias, a partir da data da publicação deste despacho no *Boletim Oficial*.

#### SCHEDULE — QUADRO

Description of the said land — Descrição do aludido terreno

Taluka	Village	Plot No.	Survey No.	Name of the person believed to be interested	Approximate area in sq. mts.
Concelho	Aldeia	Terreno n.º	Cadastro n.º	Nome da pessoa que se presume ser interessada	Área aproximada em m²
1	2	3	4	5	6
Bardez	Mapusa	—	6/part	Mapusa Comunidade	9,0000 Ha.
Total					9,0000 Ha

By order and in the name of the Lt. Governor of Goa, Daman and Diu.

B. Ram, Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 12th February, 1970.

Notification

DIM/245/70

Whereas Shri Gulabsing Gokuldas, from Goa has communicated his intention to relinquish his concession held rights of the mine named «Dadea Toura, Colea Peddi e terrenos adjacentes, situated at Piliem of Darbandora—Sanguem Taluka and «Soptomolem» of Usgao of Bicholim Taluka, granted under title of concession No. 6 of 20-1-1958.

And whereas the said Shri Gulabsing Gokuldas, has fulfilled all the formalities required by Article 116 of Decree dated 20-9-1906.

Now, therefore, in exercise of the powers conferred by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and all other powers enabling him in that behalf the Administrator of the Union Territory of Goa, Daman and Diu, hereby permits the said Shri Gulabsing Gokuldas to relinquish the said rights towards

Por ordem e em nome do Governador-tenente de Goa, Damão e Diu.

B. Ram, Secretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 12 de Fevereiro de 1970.

Despacho

DIM/245/70

Atendendo a que o Sr. Gulabsing Gokuldas, de Goa, comunicou ao Governo da sua intenção de querer desistir dos seus direitos de concessão à mina denominada «Dadea Toura Colea Peddi e terrenos adjacentes» sita em Piliem de Darbandorá do concelho de Sanguém e «Soptomolem» de Usgão, do concelho de Bicholim, que lhe havia sido concedida por título de concessão n.º 6, de 20 de Janeiro de 1958.

Tendo em consideração que o Sr. Gulabsing Gokuldas, cumpriu todas as formalidades exigidas pelo artigo 116.º do Decreto de 20 de Setembro de 1906.

No uso das faculdades conferidas pelo artigo 2.º de «Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962» e das demais faculdades que lhe são conferidas para o mesmo fim, o Administrador do território da União de Goa, Damão e Diu, autoriza o Sr. Gulabsing Gokuldas, a



the above mining concession and further declares that all his rights, title and interest in the said mining area stand reverted to the Government free from all encumbrances created by the party.

And further directs that the said mining concession is declared as «Free Area» for its regrant in terms of Mines and Minerals Regulation and Development Act, 1957 and Mineral Concession Rules 1960 after 30 days of the publication of the present Notification in the Government Gazette.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary, Industries and Labour Department.

Panaji, 17th February, 1970.

## Public Health Department

### Order

A-2/69-DHS/7609

Sub: Appointment of Class I and Class II posts in the Union Territory of Goa, Daman and Diu made in consultation with the U. P. S. C. — Fixation of pay on initial appointment.

On recommendation of the Union Public Service Commission Dr. (Smt.) Sushila L. Samant is temporarily appointed to the post of Lady Medical Officer in the Directorate of Health Services carrying the scale of pay of Rs. 325-25-500-30-590-EB-30-800 with effect from 22-8-1969. Her initial pay in the scale is hereby fixed as shown below:—

The Union Public Service Commission recommended that the initial pay may be fixed according to rules. Taking into account the previous service rendered by Dr. (Smt.) Sushila L. Samant in the post during her appointment on adhoc basis, her initial pay is fixed at Rs. 375/- (Rupees three hundred and seventy five only) from 22-8-1969. The next increment has become admissible on 10-2-70.

The above pay fixation is made in exercise of the powers under F. R. 27 and is in accordance with the instructions contained in the Govt. of India, Ministry of Finance, Deptt. of Expenditure, Office Memorandum No. F. 2.(46)-E.III(A)/60 (Pt. II of 1966) dated 7th February, 1968 as amended from time to time.

This issues with the concurrence of Finance Department—vide their U. O. No. Fin(E)/690/70, dated 5-2-1970.

By order and in the name of the Administrator of Goa, Daman and Diu.

V. R. Vaze, Under Secretary (Health).

Panaji, 16th February, 1970.

desistir dos seus direitos à referida concessão mineira e declara que todos os seus direitos, títulos e interesses na mesma área mineira se revertam ao Governo, livres de quaisquer encargos criados pela parte.

Mais determina que a mesma concessão mineira seja declarada «Área livre» para os efeitos da sua reconcessão, nos termos dos «Mines and Minerals Regulation and Development Act 1970» e «Mineral Concession Rules, 1960», 30 dias após a publicação deste despacho no *Boletim Oficial*.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário do Departamento de Indústrias e Trabalho.

Panaji, 17 de Fevereiro de 1970.

## Departamento de Saúde Pública

### Portaria

A-2/69-DHS/7609

Assunto: Nomeação para lugares de 1.ª e 2.ª classes no território da União de Goa, Damão e Diu, feitas de consulta com a Comissão de Serviço Público da União — Fixação do vencimento na altura da nomeação inicial.

Sob a recomendação da Comissão de Serviço Público da União, a Dra. Sushila L. Samant, é nomeada, temporariamente, médica da Direcção dos Serviços de Saúde, com a escala de vencimento de Rps. 325-25-500-30-590-EB-30-800, a partir de 22 de Agosto de 1969. O seu vencimento inicial é fixado como a seguir se indica:

A Comissão de Serviço Público da União, recomendou que o seu vencimento inicial fosse fixado de acordo com as normas. Tomando em consideração o serviço anterior prestado pela Dra. Sushila L. Samant, no lugar, durante a sua nomeação provisória, o seu vencimento inicial é fixado em Rps. 375/- (trezentas e setenta e cinco rupias), a partir de 22 de Março de 1969. O próximo aumento foi admissível em 10 de Fevereiro de 1970.

A fixação acima referida é feita no uso das faculdades conferidas pelo F. R. 27 e está de acordo com as instruções contidas no memorando n.º F.2(46)-E-III(A)/60 (Pt. II of 1966) do Departamento de Despesa do Ministério das Finanças do Governo da Índia, datado de 7 de Fevereiro de 1968, com as alterações feitas periodicamente.

A presente portaria é expedida com a aprovação do Departamento das Finanças dada por sua nota n.º Fin (E)/690/70, de 5 de Fevereiro de 1970.

Por ordem e em nome do Administrador de Goa, Damão e Diu.

V. R. Vaze, Subsecretário (Saúde).

Panaji, 16 de Fevereiro de 1970.